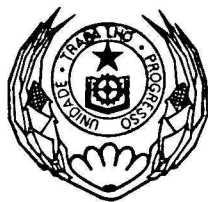


REPÚBLICA DE



CABO VERDE

BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO — 40\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional, na cidade de Praia.

O preço dos anúncios é de 10\$ a linha. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas ou com tabelas intercaladas no texto será o respectivo espaço acrescido de 30%. Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância pedida para garantir o seu custo.

ASSINATURAS:

	Ano	Semestre
Para o País...	1 000\$00	600\$00
Para países de expressão portuguesa...	1 500\$00	800\$00
Para outros países ...	1 800\$00	1 000\$00

Os períodos de assinatura contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

AVULSO Por cada duas páginas... 4000

Todos os originais com destino ao Boletim Oficial devem ser enviados à Administração da Imprensa Nacional até às 16 horas de Quinta-feira de cada semana.

Os que o forem depois da data fixada ficarão para o número da semana seguinte.

Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo selo branco.

4.º SUPLEMENTO

AVISO

Os Ex.^{mas} assinantes do *Boletim Oficial* são avisados de que devem renovar ou inscrever as suas assinaturas para 1986, até 31 de Dezembro do corrente ano.

O respectivo expediente encerra-se impreterivelmente nessa data, sendo considerados de venda avulsa os números publicados posteriormente.

As guias modelo B comprovativas do pagamento das assinaturas nas recebedorias de Finanças dos concelhos do País, deverão ser enviadas à Imprensa Nacional de modo a darem entrada antes de 1 de Janeiro, sem o que as inscrições serão feitas à data da recepção, sujeitando-se os interessados ao pagamento avulso dos números publicados depois de 31 de Dezembro. As demais condições de assinatura, sua remessa e direitos inerentes, são as que constam das Portarias n.º 33/77 e 11/82, insertas nos *Boletins Oficiais* n.º 41/77 e 9/82, respectivamente.

SUMÁRIO

CONSELHO DE MINISTROS:

Decreto n.º 172/85:

Extingue o «Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado da Assomada» — PRODESA.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DAS FINANÇAS:

Rectificação:

A Portaria n.º 83/85, publicado no 3.º Suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 52/85.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA:

Portaria n.º 85/85:

Reconhece para todos os efeitos legais a associação denominada Grupo Desportivo e Recreativo «Granada».

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO RURAL:

Portaria n.º 86/85.

Delimita o perímetro florestal do Planalto Leste da ilha de Santo Antão.

Contas e balancetes diversos.

CONSELHO DE MINISTROS

Decreto n.º 172/85
de 31 de Dezembro

No uso da faculdade conferida pelo artigo 77.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1.º É extinto o Projecto de Desenvolvimento Rural Integrado da Assomada — PRODESA — criado pelo Decreto n.º 58/79, de 9 de Junho.

Art. 2.º Os funcionários do Ministério do Desenvolvimento Rural em serviço no Projecto à data da extinção transitam para os respectivos lugares, mediante despacho do Ministro do Desenvolvimento Rural e independentemente de outras formalidades.

Art. 3.º Todos os bens afectos à realização do Projecto transitam para o património do Estado, ficando sob gestão do Ministério do Desenvolvimento Rural.

Art. 4.º Este decreto entra imediatamente em vigor,
Pedro Pires — Osvaldo Lopes da Silva — João Pereira Silva.

Promulgado em 30 de Dezembro de 1985.

Publique-se.

O Presidente da República, ARISTIDES MARIA PEREIRA.

**MINISTÉRIO DA ECONOMIA
E DAS FINANÇAS**

Secretaria de Estado das Finanças

Por ter saído inexacta, novamente se publica:

**Portaria n.º 83/85
de 31 de Dezembro**

Tornando-se necessário proceder ao reforço de algumas verbas do orçamento geral em vigor;

Manda o Governo da República de Cabo Verde, pelo Secretário de Estado das Finanças, o seguinte:

São efectuadas as seguintes transferências de verbas na tabela de despesas do orçamento geral em vigor:

Capítulos	Artigos	Números	Rubricas	Reforços	Anulações
3.º			Gabinete do Primeiro Ministro		
			Imprensa Nacional		
	32.º		Vencimentos e salários		10 000\$00
	34.º		Gratificações certas e permanentes	10 000\$00	
				10 000\$00	10 000\$00
6.º			Ministério dos Negócios Estrangeiros		
			Direcção-Geral de Administração		
	6.º		Vencimentos e salários		70 000\$00
	7.º		Gratificações certas e permanentes	70 000\$00	
				70 000\$00	70 000\$00
7.º			Ministério da Economia e das Finanças		
			Direcção-Geral de Finanças		
	50.º	2	Custas, multas e emolumentos de avaliação	1 000 000\$00	
	60.º	6	Quotas a organizações internacionais	1 600 000\$00	
20.º			Direcção-Geral das Pescas		
	174.º		Gratificações certas e permanentes		12 500\$00
21.º			Direcção-Geral de Biologia Marítima		
	176.º		Gratificações certas e permanentes	12 500\$00	
			Despesas comuns:		
	199.º		Assistência na doença	1 000 000\$00	
	200.º		Restituições	100 000\$00	
27.º			Encargos da dívida pública:		
	208.º		Juros	11 000 000\$00	
	209.º		Amortizações		14 700 000\$00
				14 712 500\$00	14 712 500\$00

Capítulo	Artigos	Números	Rubricas	Reforços	Anulações
5.º			Ministério do Interior		
			Direcção-Geral da Administração Interna		
	31.º		Vencimentos e salários		62 500\$00
	41.º	3	Comunicações	62 500\$00	
				62 500\$00	62 500\$00
26.º			Ministério da Educação e Cultura		
			Secção do Liceu «Domingos Ramos» e Escola Preparatória, do Sal		
	187.º		Horas Extraordinárias.	199 000\$00	
34.º			Inspeção Geral		
	239.º		Vencimentos e salários		199 000\$00
				199 000\$00	199 000\$00
6.º			Ministério dos Transportes e Comunicações		
			Direcção-Geral de Marinha e Portos		
	32.º		Vencimentos e salários		369 550\$00
	35.º		Participação e prémios.	265 000\$00	
	40.º	3	Trabalhos especiais diversos		60 450\$00
7.º			Departamento Marítimo de Sotavento		
	46.º		Participação e prémios	165 000\$00	
				430 000\$00	430 000\$00
1.º			Ministério da Justiça		
			Gabinete do Ministro		
	1.º		Vencimentos e salários		6 000\$00
	2.º-A		Gratificações certas e permanentes	6 000\$00	
3.º			Direcção-Geral dos Assuntos Judiciários		
	32.º	2	Locação de bens	150 000\$00	
9.º			Procuradorias Regionais e Sub-Regionais		
	80.º		Vencimentos e salários		150 000\$00
				156 000\$00	156 000\$00

Secretaria de Estado das Finanças, 31 de Dezembro de 1985. — O Secretário de Estado, *Arnaldo França*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 85/85

de 31 de Dezembro

Tendo sido constituída no Bairro Kwame N'Krumah, subúrbios da cidade da Praia, ilha de Santiago, uma associação desportiva e recreativa denominada Grupo Desportivo e Recreativo «Granada»;

Convindo atribuir personalidade jurídica à referida associação;

Manda o Governo da República de Cabo Verde, pelo Ministro da Educação e Cultura, o seguinte:

Artigo único. É reconhecida, para todos os efeitos legais, a associação denominada Grupo Desportivo e Recreativo «Granada», cujos Estatutos baixam assinados pelo director de Educação Física e Desportos.

Ministério da Educação e Cultura, 30 de Dezembro de 1985.— O Ministro, *Corsino Tolentino*.

GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO «GRANADA»

ESTATUTOS

CAPÍTULO I

Da constituição, denominação e fins

Artigo 1.º É fundado no Bairro Kwame N'Krumah, subúrbio da cidade da Praia, um Grupo Desportivo e Recreativo «Granada», adiante designado por «Granada» composto por um número indiscriminado de sócios de ambos os sexos, cujo objectivos primordiais são dinamização e incremento de todas as modalidades desportivas, actividades culturais e recreativas, dantes incumbidos ao «Granada», reguladas pelos presentes Estatutos e pelas disposições legais aplicáveis.

Art. 2.º O «Granada» tem a sua sede no Bairro Kwame N'Krumah.

Art. 3.º A duração do «Granada» é por tempo indeterminado, só podendo ser extinto ou dissolvido por deliberação da Assembleia Geral por dois terços (2/3) dos seus sócios em pleno gozo dos seus direitos ou por imposição legal caso violar os seus objectivos.

CAPÍTULO II

Dos fundos do clube e a sua utilização

Art. 4.º — 1. Constituem fundos do «Granada»:

- As jóias e quotização mensal dos sócios não res-
tituíveis em quaisquer circunstâncias,
- As ofertas, doações ou legados feitos ao grupo;
- Os sócios que lhe forem atribuídos pelas enti-
dades culturais e artísticas realizados pelo grupo;
- A comparticipação das receitas de competições
desportivas, culturais ou artísticas em que par-
ticipar;
- Os subsídios que lhe forem atribuídos pelas enti-
dades oficiais ou particulares.

2. Os fundos sociais ficam sob a gerência da Direcção.

Art. 5.º Os fundos aplicam-se na aquisição de materiais e no pagamento de outras despesas indispensáveis para o bom funcionamento do grupo.

CAPÍTULO III

Da admissão dos sócios e respectivas classificações

Art. 6.º — 1. Admitem-se como sócios do «Granada», os indivíduos de ambos os sexos desde que dispõem dum comportamento moral e cívico favorável ao bom nome do grupo.

2. A admissão dos sócios é da competência da Direcção mediante proposta de um sócio em pleno gozo dos seus direitos.

Art. 7.º Os sócios classificam-se em:

- Sócios fundadores*: os que à data da publicação dos presentes Estatutos se encontram inscritos;
- Sócios ordinários*: os que vieram a ser admitidos posteriormente;
- Sócios honorários*: os que como tal forem declarados pela Assembleia Geral por terem prestado serviços relevantes ao grupo.

CAPÍTULO IV

Dos direitos e deveres dos sócios

Art. 8.º São direitos dos sócios:

- Participar activamente nas actividades do grupo;
- Eleger e serem eleitos para os cargos gerentes do grupo;
- Utilizar, de acordo com os regulamentos internos, as instalações e bens do grupo;
- Propôr a admissão de sócios ordinários;
- Fazer-se acompanhar de qualquer indivíduo à sede do grupo, ficando implicitamente responsável por quaisquer situações anómalas eventualmente ocorridas;
- Poder recorrer à Assembleia Geral de qualquer pena que lhe foi imposta pela Direcção.
- Solicitar por escrito quaisquer informações e esclarecimentos relativos à vida do grupo.

Art. 9.º São deveres dos sócios:

- Pagar uma jóia de entrada de 100\$ (cem escudos) admissível em prestações e uma quota mensal de 50\$ (cinquenta escudos).

§ Único. Os estudantes são isentos da jóia e as suas quotas mensais são de 30\$ (trinta escudos).

- Desempenhar gratuitamente qualquer cargo para que forem eleitos ou nomeados, sem direito de escusa, salvo em casos considerados atendíveis pela Assembleia Geral;
- Respeitar as disposições estatutárias e respectivos regulamentos internos e denunciar, em tempo oportuno todo e qualquer sócio que tenha revelado uma conduta estranha e prejudicial à reputação do grupo;
- Abster-se de quaisquer discussões estereis obviamente estranhas aos objectivos do grupo dentro das suas instalações;
- Pedir por escrito a sua escusa de sócio quando não deseje continuar a fazer parte do grupo.

CAPÍTULO V

Das penalidades

Art. 10.º Os sócios estão sujeitos às seguintes penalidades:

- a) Suspensão temporária imposta pela Direcção, quando houver escusa sem motivos atendíveis ao desempenho de qualquer cargo para que forem eleitos ou nomeados;
- b) Suspensão graduada, imposta pela Direcção, por infracção das disposições estatutárias e regulamentos internos e por incumprimento reiterado dos seus deveres de sócio e desportista disciplinado;
- c) Suspensão imposta pela Direcção, quando positivamente não pagar a jóia e a quota em período que excede;
- d) Expulsão imposta exclusivamente pela Assembleia Geral quando pela sua conduta se revele elemento indesejável para o grupo.

Art. 11.º Das penas aplicadas pela Direcção, o punido poderá recorrer para a Assembleia Geral que decidirá em última instância sobre a matéria do recurso.

CAPÍTULO VI

Dos corpos gerentes e a sua eleição

Art. 12.º O «Granada» é gerido:

- a) Por uma Assembleia Geral dirigida por uma mesa composta de um presidente, um vice-presidente e um secretário;
- b) Por uma Direcção composta de um presidente, um vice-presidente, um secretário e um tesoureiro;
- c) Por um Conselho Fiscal, composta de um presidente, um vice-presidente e um relator.

Art. 13.º — 1. Os membros constituintes dos corpos gerentes são eleitos pelo período de dois anos, contados a partir da data da sua eleição, podendo ser os mesmos reeleitos e admitindo-se também a revogação do mandato por motivo atendível.

2. As funções específicas de cada elemento da gerência do grupo constarão do regulamento interno a aprovar.

Art. 14.º — 1. As eleições dos membros dos corpos gerentes serão feitas por escrutínio secreto e por meio de listas das quais constam os cargos e os nomes dos sócios a eleger;

2. A eleição para qualquer cargo exige maioria de votos, podendo em caso de empate decidir-se por meio de sorteio feito pela Mesa da Assembleia Geral.

3. Quando a Assembleia dispensar um sócio do cargo para que foi eleito, será a vaga preenchida por um suplente mais votado.

Art. 15.º A organização e o funcionamento dos Corpos Gerentes constarão do regulamento interno a aprovar.

CAPÍTULO VII

Da extinção eventual do grupo e liquidação dos bens

Art. 16.º O «Granada» só correrá o risco de extinção quando a Assembleia Geral o decretar em votação a que acorrem pelo menos, dois terços (2/3) dos seus sócios, ou por imposição legal, na hipótese de não obedecer aos fins para que foi fundado.

Art. 17.º Verificados os pressupostos do artigo precedente, proceder-se-á à liquidação dos seus bens por via da Direcção, devendo o remanescente em numerário apurado após o pagamento de todas as dívidas, ser entregue a uma outra pessoa colectiva de interesse público designada pela Assembleia Geral.

CAPÍTULO VIII

Das disposições finais

Art. 18.º O aniversário do «Granada» será festejado em data fixa, designada pela Assembleia Geral, data essa considerada como o dia do grupo.

Art. 19.º As cores do grupo são o preto e o branco.

Art. 20.º Se um sócio ou grupo de sócios em pleno gozo dos seus direitos pretenderem realizar divertimentos nas instalações do grupo, deverão previamente solicitar a necessária autorização à Direcção, indicando dia, hora e natureza do divertimento.

Art. 21.º O «Granada» através da sua Direcção, responsabilizar-se-á por todas as despesas de assistência sanitária prestada aos sócios, em consequência de acidente ou outros males provenientes de jogos e outras actividades por ele promovidos ou participe, caso os seus recursos financeiros o permitam.

Art. 22.º É vedado à Direcção fazer quaisquer despesas que as receitas do grupo não comportam, ficando ela individualmente responsável por situação em contrário.

Art. 23.º Os regulamentos internos só terão força vinculativa depois de aprovação pela Assembleia Geral e servirão de complemento a estes estatutos.

Art. 24.º Toda e qualquer alteração dos presentes Estatutos depois de aprovada pela Assembleia Geral, será remetida para a competente instância oficial.

Art. 25.º No que estes estatutos sejam omissos, rege o regulamento interno, cuja aprovação e alterações são da competência da Assembleia Geral.

Direcção de Educação Física e Desportos, na Praia, 30 de Dezembro de 1985. — O Director, *João Burgc Tavares*.

—o—

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO RURAL

Gabinete do Ministro

Portaria n.º 86/85

de 31 de Dezembro

O perímetro florestal da região que se convencionou chamar Planalto Leste da Ilha de Santo Antão, como área montanhosa que encima as mais importantes ribeiras da ilha, é o principal agente responsável pela intercepção dos nevoeiros e infiltração da água das chuvas naquela ilha. Nos últimos anos diminuíram-se os caudais das nascentes, facto agravado pelas chuvas torrenciais de Setembro de 1984, que deixaram enormes prejuízos nas ribeiras. A necessidade de combater a erosão e ao mesmo tempo aumentar a infiltração implica que se tomem medidas de conservação dos solos, o que passa necessariamente pela declaração de utilidade pública do referido planalto.

Nestes termos,

Ao abrigo do disposto no artigo 10.º do Diploma Legislativo n.º 156, de 11 de Agosto de 1988;

Manda o Governo da República de Cabo Verde pelo Ministro do Desenvolvimento Rural, o seguinte:

Artigo 1.º — 1. São submetidas a regime florestal as áreas descritas e delimitadas no mapa anexo ao presente diploma o qual dele faz parte integrante.

2. A delimitação do perímetro florestal segue a cota de 1 000 metros em toda a área montanhosa entre Poial e Alto Mira; a cota de 600 metros entre Poial lado sul

e a estrada Porto Novo-Ribeira Grande e a cota de 800 metros entre Lombo das Pedras e Cova, incluído a zona de Corda até Delgadinho.

Art. 2.º As áreas submetidas a regime florestal nos termos do artigo anterior, ficam sujeitas às medidas de conservação do solo nomeadamente construção de banquetas, terraços, socacos e diques, conforme decisão dos serviços competentes do Ministério do Desenvolvimento Rural.

Art. 3.º — 1. Serão imediata e obrigatoriamente reflorestadas pelo Estado as seguintes zonas:

- a) Zonas do Monte Hortelão e Tenente (A1 e A2);
- b) Zona de Esdrugal — Ribeirinha (A8);
- c) Zona do Esdrogueirinho (A10);
- d) Zonas do Gudo de Engenheiro, de Cruz de Gaieteiro e Gudo Selada do Tarafe (A11, A12 e B3);
- e) Zona do Faleiro — Escovoadinha (B6);
- f) Zonas de Selada Vermelha, Varja de Beira e de Mesa (B10);

2. As zonas a que se referem as alíneas e) e f) do número anterior não inclui os terrenos cultivados e protegidos de Escovoadinha, Chã de Mato e Fundo de Faleiro.

1. As áreas não referidas no artigo anterior poderão ser utilizadas para uso agrícola.

2. Porém, quando o terreno tenha uma inclinação igual ou superior a 25% ficam os respectivos beneficiários obrigados a proceder à sua protecção mediante a construção de banquetas, terraços ou socacos.

3. Antes de proceder a qualquer medida de protecção, o beneficiário deverá efectuar a marcação prévia das curvas de nível e comunicar o facto aos Serviços Florestais do Ministério do Desenvolvimento Rural com a antecedência mínima de 15 dias.

Art. 5.º — 1. Serão obrigatoriamente concluídas nos prazos a seguir indicados as obras de protecção, relativamente às seguintes zonas:

- a) Dois anos: Escovoadinha (B6), Corda (B5), Chã de Mato (B6), Lombo das Pedras (B4), Chã Branca-Matinho (B1), Cova de Go'era (A7), Covoada Funda (A6) e Ribeirão das Figueiras (A7);
- b) Três anos: Cruz Herodes (B2), Pico da Cruz (B11), Ribeirão Fundo (B9), Cova (B8);
- c) Quatro anos: Chã Branca (A5), Ladeira Alta (A3), Água das Caldeiras (B7);
- d) Cinco anos: todas as demais zonas delimitadas no mapa anexo.

2. As áreas que não forem protegidas pelos respectivos beneficiários nos prazos referidos no n.º 1 deste artigo serão protegidas e arborizadas pelo Estado.

3. Os beneficiários que, mediante apresentação de um atestado de pobreza, demonstrarem não ter capacidade económica para proceder protecção dos terrenos, poderão obter a ajuda do Estado até à comparticipação de 20%.

Art. 6.º — 1. Nas áreas protegidas por banquetas só poderão ser plantadas árvores ou arbustos florestais e frutíferos e semeado feijão congo.

2. As culturas referidas no número anterior, far-se-ão no interior das banquetas, reservando-se o intervalo destas à vegetação natural ou espontânea.

Art. 7.º As áreas protegidas com terraços poderão ser cultivadas com qualquer cultura, excepto no intervalo destes.

Art. 8.º As obras de manutenção das árvores ou arbustos florestais, bem como das banquetas, terraços ou socacos ficam a cargo do beneficiário destes, as quais serão porém, realizadas pelo Estado, quando, no prazo de 20 dias a contar da notificação, não forem executadas pelo beneficiário.

Art. 9.º Como medida de protecção contra a erosão eólica serão lançadas pelos Serviços Florestais certinas de abrigo em todas as estradas e veredas da área delimitada no mapa anexo ao presente diploma.

Art. 10.º — 1. As áreas protegidas e arborizadas pelo Estado poderão ser concedidas para exploração a entidades particulares, ficando a cargo destes a manutenção das construções para a conservação do solo, a desmarcação, o desbaste e o corte final das árvores.

2. Ocorrendo a situação prevista no número anterior, a divisão da produção florestal e pascícola far-se-á do seguinte modo:

- a) Estado 15%;
- b) Proprietário 15%;
- c) Concessionário 70%.

3. Quando a pessoa do proprietário e do concessionário se reunirem na mesma pessoa esta terá direito às percentagens referidas nas alíneas b) e c) do número anterior.

4. O contrato de concessão será obrigatoriamente reduzido a escrito.

Art. 11.º Quando as obras a que se refere o n.º 1 do artigo anterior estiverem a cargo do Estado, a divisão dos produtos florestais e pascícolas caberá em 85% ao Estado e 15% ao concessionário.

Art. 12.º — 1. Em todas as áreas protegidas e arborizadas pelo Estado que não tenham sido objecto da concessão prevista no artigo 10.º é permitido o corte do pasto espontâneo nas épocas indicadas pelos Serviços Florestais do Ministério do Desenvolvimento Rural.

2. Na situação prevista no número anterior, a divisão da produção do pasto espontâneo faz-se do seguinte modo:

- a) Estado 10%;
- b) Proprietário 10%;
- c) Particulares 80%.

Art. 13.º — 1. As percentagens a que se referem os artigos anteriores serão satisfeitos em produto, ficando o seu transporte a cargo do interessado respectivo.

2. O proprietário será avisado por escrito para tomar parte na divisão, no prazo que lhe for fixado pelos Serviços Florestais, sob pena de perder a parte respectiva a favor do Estado.

Art. 14.º — 1. Em toda a área delimitada no mapa anexo ao presente diploma é expressamente proibido o pastoreio livre ou amarrado de qualquer animal.

2. Exceptuam-se do disposto no número anterior, o pastoreio amarrado das zonas de Chã de Lagoa e Fundo de Cova.

Art. 15.º Este diploma entra imediatamente em vigor.

Ministério do Desenvolvimento Rural, 22 de Novembro de 1985. — O Ministro, *João Pereira Silva*.

CONTAS E BALANCETES DIVERSOS

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DAS FINANÇAS

Secretaria de Estado do Comércio e Turismo

Gabinete do Secretário de Estado

DESPACHO

Ouvido o parecer favorável da Secretaria de Estado das Finanças;

1. Aprovo o Relatório e Contas da EMPA — Empresa Pública de Abastecimento, referente ao exercício de 1983;

2. Publique-se no *Boletim Oficial* o referido Relatório e Contas e o presente despacho.

Secretaria de Estado do Comércio e Turismo, na Praia, 31 de Dezembro de 1985. — O Secretário de Estado, *Virgílio Fernandes*.

EMPA — RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 1983

1 — Actividade e políticas de actuação

A actividade da EMPA consiste, fundamentalmente, na importação e comercialização de bens alimentares essenciais e materiais de construção, comercialização de ajuda alimentar e outras ajudas externas e comercialização e exportação de produtos nacionais (sal, pozolana, banana e outros produtos agrícolas), garantindo a segurança do abastecimento, a regularização do mercado e a estabilização de preços.

Desde a sua criação, em 10 de Outubro de 1975, a actividade da EMPA não tem cessado de crescer de forma considerável em volume e valor, assegurando hoje cerca de 50% das importações do sector do comércio (excluindo combustíveis).

Tanto pela sua missão como pela sua estrutura a EMPA está vocacionada para produtos de grande consumo o que tem permitido concentrar esforços no sentido de satisfazer as reais necessidades do país nesses produtos, cuja carência poderia ser factor de instabilidade económica e política.

Como instrumento da política comercial do Estado, a EMPA também tem feito intervenções em outras áreas de abastecimento sempre que necessário para a regularização do mercado.

Para além da preocupação em garantir o abastecimento normal do país, sem roturas de stocks, a EMPA também tem-se preocupado em procurar os melhores preços no mercado internacional a fim de poder garantir preços internos acessíveis à população. Para isso, a EMPA tem alargado gradualmente as suas prospecções no exterior, mantendo actualmente relações comerciais com mais de 15 países, nomeadamente Portugal, Espanha, França, Holanda, Suécia, República Democrática Alemã, Costa do Marfim, Cuba e Brasil. A empresa tem seguido uma política de diversificação não só de mercados como também de fornecedores. Auscultar o mercado internacional, seguir de perto as variações da bolsa, estudar e prever o sentido da evolução e comprar no momento mais favorável tem sido a linha de actuação.

2 — Aprovisionamento

A política de compras tem seguido as regras de austeridade na utilização das disponibilidades cambiais do país levando sempre em consideração dois factores importantes:

Privilegiar os bens mais essenciais mantendo o equilíbrio global na gama dos produtos comercializados;

Distribuir regularmente no tempo e no espaço.

O volume de compras atingiu no ano em apreço 1 944 mil contos, sendo a evolução nos últimos cinco anos a seguinte:

	Valores em contos	Índice
1979	735 517	100
1980	1 397 032	190
1981	1 390 072	189
1982	1 427 426	194
1983	1 944 219	264

Com o objectivo de manter um stock de segurança de dois meses, a empresa tem reforçado gradualmente a sua capacidade de armazenagem, dispondo actualmente de uma capacidade total de 56 950 ton. assim distribuídos:

21 500 ton. em armazéns próprios para produtos alimentares
11 950 ton em armazéns adaptados
9 300 ton em alpendres para materiais de construção
14 200 ton silos portuários

3 — Vendas

Embora a finalidade principal da empresa neste domínio seja distribuir com racionalidade sem ter como meta principal a maximização do volume de vendas, estas tem vindo a aumentar de ano para ano.

O montante global das vendas líquidas em 1983 atingiu o valor de 2 221 659 contos verificando-se um aumento de 22% relativamente ao ano transacto e de 2% em relação à previsão para 1983.

Tomando como base o ano de 1979 o volume de vendas teve a seguinte evolução:

	Valores em contos	Índice
1979	953 950	100
1980	1 422 035	149
1981	1 541 515	161
1982	1 821 926	191
1983	2 221 659	233

Distribuição das vendas por produtos

	Valores em contos	%
Milho	486 016	21,9
Arroz	216 569	9,8
Feijão	85 505	3,9
Gorduras	289 590	13,0
Açúcar	331 893	14,9
Leite	95 487	4,3
Outros produtos alimentares	121 741	5,4
Cimento	363 614	16,4
Madeira	107 622	4,8
Ferro	51 417	2,3
Outros mat. de construção	72 205	3,3
	2 221 659	100

Distribuição das vendas por delegação

	Valores em contos	%
Praia	672 539	30,3
Mindelo	442 881	19,9
Santa Catarina	219 374	9,9
Tarrafal	134 039	6,0
Santa Cruz	108 454	5,0
Fogo	113 646	5,1
Brava	39 337	1,7

	Valores em contos	%
Maio	39 580	1,8
Boa Vista	36 680	1,7
Sal	92 790	4,2
Porto Novo	113 996	5,1
Ribeira Grande	98 029	4,4
S. Nicolau	110 314	4,9
	2 221 659	100

No respeitante à exportação apenas há a considerar a de banana sendo os valores exportados de 1979 a 1983 os seguintes:

	Valores em contos	Índice
1979	23 981	100
1980	153 163	638
1981	113 734	474
1982	36 427	151
1983	44 554	185

De se notar que em 1980 e 1981 a EMPA fez uma experiência no campo do trading, tendo exportado 107 345 contos de feijão e 29 959 de sardinha enlatada.

4 — Organização e recursos humanos

Embora não tenha havido grandes alterações na estrutura orgânica, ligeiros reajustamentos têm sido feitos com o objectivo de adaptá-la à dimensão actual da empresa.

É nesta base que no ano em questão se reestruturaram e implementaram os serviços de Inspeção Geral, deu-se início a um projecto de gestão de pessoal e continuou-se com a discussão do ante-projecto do Estatuto de Pessoal.

Para dinamizar a política de formação na Empresa foi criado um Departamento de Formação e Informação, cujo objectivo principal é o de identificar as necessidades de formação, definir a política e os meios e elaborar um programa anual de formação.

Embora ainda não se tenha atingido o ponto desejado, vários quadros já beneficiaram de formação no exterior nos domínios de conservação, comércio externo, stocagens, etc. e foram já realizados internamente alguns seminários e cursos de reciclagem.

O número de efectivos tem vindo a aumentar de ano para ano acompanhando a evolução da empresa. Tendo iniciado a sua actividade com 75 elementos, a EMPA tem hoje ao seu serviço 1 032 empregados, sendo 15 com formação média e superior. A evolução das despesas com o pessoal e do número de trabalhadores tomando como base o ano de 1979 tem sido a seguinte:

Anos	Números efectivos	Despesas em contos	Índice	Despesas pessoal / vendas %
1979... ..	743	30 950	100	3%
1980... ..	842	69 241	223	4%
1981... ..	940	87 934	284	5%
1982... ..	955	112 510	362	6%
1983... ..	1 032	131 478	424	5%

O grande aumento de despesas com o pessoal que se verifica nas despesas é devido, em parte, ao início em Janeiro de 1983 das actividades da Previdência Social.

A evolução dos encargos com o pessoal acompanhou proporcionalmente a evolução do volume de actividade da empresa.

A EMPA tem acompanhado os aumentos salariais efectuados no país, com vista a minorar os efeitos dos aumentos constantes do custo de vida.

5 — Investimentos

No campo dos investimentos a empresa tem dado prioridade à construção de armazéns em todas as ilhas, tendo já investido nesta área cerca de 100 000 contos.

Dando continuidade ao projecto informático a EMPA adquiriu nos meados de 1983 um mini-computador, no valor de 5 000 contos, com o objectivo de reforçar a sua frota, a empresa adquiriu em 1983 dois camiões, no montante aproximado de 7 000 contos.

A empresa tem seguido até agora uma política de auto-financiamento.

6 — Evolução económica e financeira:

Principais rácios no período 1980-1983:

a) Rentabilidade do capital próprio:

	1980	1981	1982	1983
Antes dos impostos ...	27%	21%	29%	37%
Depois dos impostos ...	13%	12%	16%	21%

b) Rentabilidade das vendas:

	1980	1981	1982	1983
Rentabilid. das vendas.	4%	4%	6%	7%

c) Rácios financeiros:

	1980	1981	1982	1983
Liquidez geral	1,39	1,35	1,55	1,54
Tesouraria	0,66	0,68	0,61	0,60
Solvabilidade total ...	0,33	0,29	0,54	0,57
Rotação de stocks	4,6	5,6	6,2	5,7
Prazo méd. receb. (dias).	52	92	52	54
Prazo méd. pag. (dias).	112	181	143	131

Conclui-se que a EMPA não dispõe de uma situação folgada quanto à sua liquidez geral, tomando como dois o valor normal. Quanto ao rácio de tesouraria verifica-se que tem vindo a degradar-se, a sua comparação com o rácio de liquidez geral permite comprovar o elevado peso dos stocks, cuja rotação tem sido baixa. No entanto há que ter em conta que a empresa não tem poder para controlar a chegada de ofertas FDN que representam mais de 50% dos stocks.

No que diz respeito à solvabilidade a situação revela-se próxima do equilíbrio tendo a empresa em 1982 começado a recuperação dos valores baixos dos anos anteriores.

O prazo médio de recebimentos está elevado tendo em conta que a política de crédito da EMPA é de 30 dias.

No aspecto económico, a evolução dos resultados tem sido a seguinte:

Ano	Antes de impostos		Pós impostos	
	Valores contos	Índice	Valores contos	Índice
1980	63 067	100	31 067	100
1981	67 626	107	40 526	130
1982	107 259	170	58 636	189
1983	164 125	260	88 475	285

Verifica-se uma melhoria constante na rentabilidade do capital próprio e das vendas, que é devido ao aumento constante das vendas e uma concentração cuidada das despesas.

7 — *Notas explicativas ao balanço e contas de resultados*

7.1. — Apresentação das contas

Na apresentação do balanço e contas do exercício teve-se em consideração o Plano Nacional de Contabilidade aprovado pelo Decreto n.º 4/84, de 30 de Janeiro procurando-se assim uma aproximação gradual ao referido plano cuja implementação obrigatória começará já no próximo exercício de acordo com o artigo 2.º do citado decreto, e estão elaborados em conformidade com as alíneas a), b) e c) do artigo 31.º das Bases Gerais das Empresas Públicas.

7.2. — Critérios contabilísticos seguidos:

7.2.1 — Existências:

As existências em 31 de Dezembro de 1983 foram determinadas com base em inventariações físicas efectuadas em todos os armazéns da EMPA.

Na valorimetria das existências contrariamente aos anos anteriores em que se utilizaram critérios híbridos entre o FIFO e custo médio, este ano utilizou-se o custo médio ponderado, tendo disso resultado uma diminuição dos resultados na ordem dos 50 000 contos. No entanto, cremos que o critério seguido permitiu determinar resultados contabilísticos mais próximos dos resultados económicos, sendo também o critério mais regularmente utilizado.

7.2.2 — Imobilizações:

Foram transferidos de Imobilizações em Curso para Imobilizações Corpóreas (Edifícios e Outras Construções) os armazéns concluídos no presente exercício e que totalizaram 97 072 691\$20.

Foi também integrado na mesma rubrica os armazéns financiados pela Secretaria de Estado das Finanças, por contrapartida na conta Financiamento Básico, e que totalizaram 27 750 817\$50.

7.2.3 — Amortizações e Reintegrações:

Foram realizadas as amortizações consideradas tecnicamente correctas, tendo o valor das mesmas totalizado 24 435 275\$51 e que representa um aumento relativamente ao ano transacto de 49%, devido aos valores transferidos de Imobilizações em Curso para Imobilizações Corpóreas.

7.2.4 — Provisões

Foi reforçada a provisão para depreciação de existências, em conformidade com os limites estabelecidos e em consequência do aumento das existências em 31 de Dezembro de 1983, de forma a que o valor líquido apresentado no balanço represente o valor realizável estimado. No que diz respeito às provisões para impostos sobre lucros criou-se uma provisão no montante de 65 690 191\$31 e que representa 40% do Resultado Líquido.

7.2.5 — Fornecedores Contas Gerais:

O valor apresentado no balanço inclui 426 583 contos respeitante a créditos do Fundo de Desenvolvimento Nacional e resultante de mercadorias recebidas deste Organismo.

7.2.6 — Resultados Transitados:

As contas de 1979 a 1982 só foram encerradas em fins de 1983, devido a dificuldades várias, pelo que não houve aplicação de resultados.

Por outro lado, dado a pequenez do capital estatutário face ao volume do Activo, o Estado tem deixado capitalizar os lucros na empresa para um futuro aumento do capital. É o que explica o elevado valor desta conta.

7.2.7 — Sector Público Estatal:

Nesta conta encontra-se englobado o Fundo de Compensação de Preços cujo montante em 31 de Dezembro de 1983 é de 62 205 contos (excedente apurado na venda do açúcar, 89 853 contos, deduzido do subsídio ao preço do milho).

7.2.8 — Subsídio de Exploração:

O saldo desta conta representa o subsídio necessário para se cobrir o défice apurado na venda do milho.

7.2.9 — Encargos Gerais:

Em relação àquilo que podemos designar genericamente por encargos gerais verifica-se um acréscimo de 20 918 766\$89 sobre o ano anterior, distribuído como se segue:

	1982	1983	Diferença
Despesas c/pessoal... ..	112 310 277\$25	131 478 015\$82	19 167 738\$57
Impostos indirectos	682 240\$60	1 469 470\$30	787 229\$70
Despesas financeiras... ..	43 557\$10	30 259\$40	(13 297\$70)
Fornecimentos e serv. terc.	41 554 149\$45	45 029 749\$21	3 475 599\$76
Outras Despesas e encargos	2 155 308\$30	2 237 819\$16	82 510\$86
Despesas de distribuição... ..	76 783 156\$62	72 701 038\$22	(4 082 118\$40)
Desp. de venda	5 522 011\$60	7 023 115\$70	1 501 104\$10
	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	239 050 700\$87	259 969 467\$70	20 918 766\$89

Como se observa, a rubrica que registou maior aumento foi a de despesas com o pessoal, fruto da revisão salarial havida em Setembro de 1983.

Ao terminar pretendemos agradecer:

aos trabalhadores da Empresa, a esforçada e dedicada colaboração que vêm assegurando, e a todos aqueles que participaram duma maneira ou doutra nas actividades da empresa durante o exercício de 1983.

Praia, 31 de Julho de 1985 — O Conselho de Direcção, Orlando José Mascarenhas — Jenny Vera Cruz — José Ramos Motta — Elisa Rodrigues — Adalberto Costa.

Balanço analítico — Em 31 de Dezembro de 1983

Código das contas	Activo	Activo bruto	Provisões amortizações e reintegrações	Activo líquido	Código das contas	Passivo	Passivo e situação líquida
	Disponibilidades:					Débitos a curto prazo:	
11	Caixa...	27 246 061\$60		27 246 061\$60	211	Clientes c/gerais...	39 224 343\$30
12	Depósitos à ordem...	153 983 117\$33		153 983 117\$33	229	Outros clientes...	77 054\$30
		181 229 178\$93		181 229 178\$93	221-228	Fornecedores c/gerais...	714 762 402\$64
	Créditos a curto prazo:				24	Sector público estatal...	71 755 303\$78
211+216-218	Clientes, c/gerais...	344 217 199\$80	86 251 545\$31	257 965 654\$49	256+258	Estado e out. ent. púb. c/gerais...	14 902 795\$20
221	Fornecedores c/gerais...	28 157 364\$50		28 157 364\$50	263 a 269	Outros credores c/gerais...	19 049 085\$54
229	Adiantamento a fornecedores...	2 518 200\$00		2 518 200\$00	28	Provisões p/imp. s/os lucros...	65 650 191\$31
231+233+234	Outros empréstimos concedidos...	147 903\$90		147 903\$90	292	Provisões p/riscos e encargos...	13 302 342\$70
24	Sector público estatal...	2 392 122\$72		2 392 122\$72		Total do passivo...	938 723 518\$77
26	Outros devedores...	10 745 871\$03	3 599 066\$75	7 146 804\$28		Situação líquida	
		388 178 661\$95	89 850 612\$06	298 328 049\$89		Capital e prest. suplementares:	
	Existências:					Capital estatutário...	74 000 000\$00
32	Mercadorias...	837 705 952\$04	84 236 953\$50	753 468 998\$54	52	Financiamento básico...	89 025 635\$99
36	Matérias primas, subs. e de consumo...	22 341 236\$56	2 381 178\$40	19 960 058\$16	51		163 025 635\$99
37	Embalagens comerciais retornáveis...	441 035\$00	216 221\$20	224 813\$80		Reservas:	
		860 488 243\$60	86 834 353\$10	773 653 890\$50		Reserva geral...	21 893 322\$53
	Imobilizações corpóreas:					Reserva p/fins sociais...	6 098 902\$72
421	Terrenos e recursos naturais...	650 386\$20		650 386\$20	551	Reserva para melhoramentos...	7 470 293\$22
422	Edifícios e outras construções...	154 987 608\$80	17 746 373\$65	137 241 235\$15	553		35 462 518\$47
423	Equipam. básico e outras máq. e inst.	41 245 323\$69	17 725 559\$25	23 520 264\$44	552	Resultados transitados:	
424	Ferramentas e utensílios...	7 897 584\$90	5 613 174\$90	2 284 410\$00		Exercício 79...	120 342 988\$23
425	Material de carga e transporte...	59 531 062\$10	32 270 243\$34	27 260 818\$76		Exercício 80...	31 067 122\$82
426	Equip. adm. e social e mobil. divers.	22 459 686\$78	11 644 425\$90	10 815 260\$88		Exercício 81...	40 526 156\$47
427	Taras e vasilhame...	139 100\$00	51 217\$05	87 882\$95		Exercício 82...	58 616 175\$96
429	Outras imobilizações corpóreas...	700 644\$10	409 086\$11	291 557\$99	591		250 552 423\$48
		287 611 896\$57	85 460 060\$20	202 151 836\$37	592	Resultados líquidos:	
	Imobilizações em curso:				593	Result. correntes do exerc.	156 356 492\$59
441+442	Obras em curso...	8 186 358\$22		8 861 358\$22	594	Result. extraord. do exerc.	- 34 485 179\$10
		3 181 358\$22		8 861 358\$22		Result. de exerc. anteriores...	+ 42 254 164\$79
	Custos antecipados:					Resultad. ant. dos imp.	164 125 478\$28
27	Despesas antecipadas...	21 929 318\$20		21 929 318\$20		Provisões p/imp. s/lucros...	- 65 650 191\$31
471	Conservação plurienal...	85 771\$57		85 771\$57		Result. líq. depois dos imp.	98 475 286\$97
		22 015 089\$77		22 015 089\$77		Total da situação líquida...	547 515 864\$91
	Total de provisões...		176 684 965\$16			Total do pas. e sit. líquida...	1 486 239 383\$68
	Total de amort. e reintegrações.		85 460 060\$20				
	Total do activo...		262 145 045\$36	1 486 239 383\$68			

Demonstração dos resultados dos exercícios anteriores em 31/12/83

Código das contas	Débito		Código das contas	Crédito	
831	Impostos sobre os lucros	66 458 931\$00	832	Utiliz. provisões/Impostos sobre os lucros	53 351 537\$00
838	Outras perdas imp. exerc. anteriores... ..	32 767 189\$20	835	Excesso de amort. reint. tributados.	356 333\$52
83	Resultados de exercícios anteriores.	+ 42 254 164\$79	839	Outros ganhos imp. exerc. anteriores... ..	87 772 414\$47
		141 480 284\$99			141 480 284\$99

A Directora Financeira, *Jenny Vera Cruz*. — O Director-Geral, *Orlando José Mascarenhas*.

Demonstração dos resultados extraordinários do exercício em 31/12/83

Código das contas	Débito		Código das contas	Crédito	
827	Multas e out. penal. legais:		821	Sinistros	316 926\$30
8272	Multas não fiscais	1 208\$00	823	Utilizações de provisões.	164 093\$70
8273	Outras penalidades... ..	3 240\$00	829	Outros ganhos extraord	
			8291	Ganhos anorm. em exist.	2 216 320\$10
828	Outras perdas extraord.:		8296	Dif.* de câmb. favoráveis	1 777 224\$80
8281	Perdas anorm. em exist.	4 953 024\$41	8297	Benef. de penalid. cont.	19 441\$30
8282	Créditos incobráveis	164 093\$80	8298	Comissões... ..	16 325\$40
8284	Menos-valias em imob. corp.	659\$24	8299	Ganhos extraord. n/especif.... ..	10 165 681\$31
8286	Dif.* de câmb. desfavoráveis	2 195 675\$10			14 194 992\$91
8288	Donativos e quotiz. obrig. n/especif.	462 601\$60			
8289	Perdas extraord. n/especif.	41 380 689\$96			
82	Result. extraor.i. de exerc.	-34 485 179\$10			
		14 676 012\$91			14 676 012\$91

A Directora Financeira, *Jenny Vera Cruz*. — O Director-Geral, *Orlando José Mascarenhas*.

Demonstração dos resultados

Código das contas			Deduções em compras	
	Existências iniciais:			
32	Mercadorias			713 669 597\$96
36	Mat. primas, subs. e de consumo			23 811 764\$39
37	Embalagens comerciais retornáveis... ..			2 162 212\$08
				<u>729 643 594\$43</u>
31	Compras:			
311-317-318	Mercadorias	1 932 006 754\$95		1 932 006 754\$95
312-317-318	Mat. primas, subs. e de consumo	12 000 283\$64		12 000 283\$64
313-317-318	Embalagens comerciais retornáveis... ..	212 139\$43		212 139\$43
		<u>1 944 219 178\$02</u>		<u>1 944 219 178\$02</u>
38	Regularização de existências:			
382	Mercadorias			— 10 186 729\$81
	Existências finais:			
32	Mercadorias			— 837 705 952\$04
36	Mat. primas, subs. e de consumo			— 22 341 236\$56
37	Embalagens comerciais retornáveis... ..			— 441 055 \$00
				<u>— 860 488 243\$60</u>
61	Custos das exist. vendidas e cons.:			
611	Mercadorias	1 797 783 671\$06		
612	Mat. primas, subs. e de consumo	13 470 831\$47		
613	Embalagens comerciais retornáveis... ..	1 933 296\$51		1 813 187 799\$04
	Existências iniciais:			
63	Fornecimentos serviços terceiros	124 753 903\$13		
641	Impostos indirectos	1 396 866\$00		126 150 769\$13
642	Impostos directos	72 604\$30		
65	Despesas c/pessoal	131 478 015\$82		
66	Despesas financeiras	30 259\$40		
67	Outras despesas e encargos	2 237 819\$16		133 818 698\$68
68	Amortiz. e reinteg. do exercício	24 435 275\$51		
	Provisões do exercício... ..	<u>12 869 993\$70</u>		<u>37 305 269\$21</u>
	(A)			2 110 462 536\$06
82	Perdas extraord. do exercício		49 161 192\$01	148 387 312\$21
83	Perdas de exercício anteriores		99 226 120\$20	
28	Provisões p/impostos s/lucros			65 650 191\$31
88	Resultados líquidos			<u>98 475 286\$97</u>
				<u>2 422 975 326\$55</u>

Resultados correntes do exercício (B) — (A) = 2 266 819 028\$65 — 2 110 462 536\$06 = 156 356 492\$59

Líquidos em 31/12/83

Código das contas			Deduções em vendas		
71	Vendas de mercad. e produtos:				
711	Mercadorias	2 620 197 034\$15	399 606 243\$44	2 220 590 790\$71	
714	Embalagens comerciais retornáveis ...	2 942 500\$10	1 883 885\$00	1 058 615\$10	
		2 623 139 534\$25	401 490 128\$44	2 221 649 405\$81	
72	Prestações de serviços	10 040\$00		10 040\$00	2 221 659 445\$81
74	Subs. destinados à exploração	39 661 394\$71			44 184 047\$03
75	Receitas suplementares	4 522 652\$32			
76	Receitas financeiras correntes			3 500\$00	975 535\$81
78	Outras receitas			972 035\$81	
	(B)				2 266 819 028\$65
82	Ganhos extraord. do exercício			14 676 012\$91	
839	Ganhos de exercícios anteriores			141 420 284\$99	156 156 297\$90
					2 422 972 326\$55

Mapa de origem e aplicação de fundos em 31 de Dezembro de 1983

Origem de fundos			Aplicação de fundos		
Internas:			Distribuições:		
Resultados líquidos de 1983 ...	98 475		Investimentos:		
Amortiz. e reintegr. do exercício.	24 435		Imobilizações corpóreas:		
Variações das provisões ...	25 004	147 914	Edifícios e outras construções ...	27 751	
			Equip. bás. out. máq. e instala	6 385	
Externas:			Ferramentas e utensílios ...	76	
Aumentos da situação líquida ...			Material de carga e transporte ...	10 494	
Financiamento básico ...		27 751	Eq. adm.º e social e mob. Diverso	3 470	
			Taras e vasilhame ...	39	
Desinvestimentos:			Obras em curso ...	10 075	58 290
Cessão de imobilizações ...		3			
Correcções imobilizações:			Correcções imobilizações:		
Edifícios e outras construções ...		1 696	Eq. adm.º e social e mob. diverso		324
			Aumento dos fundos circulantes.		118 740
		177 364			177.364

A Directora Financeira, *Jeny Vera Cruz*. — O Director-Geral, *Orlando José Mascarenhas*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DAS FINANÇAS
Secretaria de Estado do Comércio e Turismo
Gabinete do Secretário de Estado
DESPACHO

Ouvidos os pareceres favoráveis do Ministro da Economia e das Finanças, Secretaria de Estado da Cooperação e Planeamento e Secretaria de Estado das Finanças;

1. Aprovo o Relatório e Contas da EMPA — Empresa Pública de Abastecimento, referente ao exercício de 1984;

2. Aos resultados transitados de 1979 a 1983 e resultados líquidos de 1984 depois de deduzidos os impostos, no valor global de 509 047 828\$89, é dada a seguinte aplicação:

Reserva geral ...	50 904 728\$89
Fundo de melhoramentos ...	25 452 391\$45
Fundo para fins sociais ...	25 452 391\$45
Reserva de financiamento básico ...	305 428 697\$30
Entrega ao Tesouro ...	101 809 565\$80

509 047 828\$89

3. Publique-se no *Boletim Oficial* o referido Relatório e Contas e o presente Despacho.

Secretaria de Estado do Comércio e Turismo, na Praia, 31 de Dezembro de 1985. — O Secretário de Estado, *Virgílio Fernandes*.

EMPA — RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 1984

Em cumprimento da lei e dos estatutos temos o prazer de apresentar, para aprovação superior, o balanço e conta relativo ao exercício de 1984

1 — Actividade e políticas de actuação:

Assegurar o abastecimento do país em bens alimentares e materiais de construção essenciais, de forma regular e a preços estáveis foram os princípios que continuaram a nortear a actividade da empresa, durante o ano económico de 1984.

De salientar os avanços na gestão de um modo geral, em particular na área do pessoal, com a política posta em prática de incentivar os trabalhadores a participar na vida da Empresa, exigindo o cumprimento dos objectivos programados e a apresentação de resultados.

No ano de 1984 procedeu-se a uma melhoria orgânica com a estruturação das Delegações a dois níveis, a unificação da organização e funcionamento das mesmas. Foram definidas as competências gerais e específicas dos postos de trabalho.

2 — Aproveitamento;

A actividade de importação desenvolveu-se sobre os produtos básicos alimentares e materiais de construção, os de intervenção para regularizar o abastecimento do país e os solicitados por entidades estatais.

A preocupação tida pela Empresa em auscultar, seguir a evolução do mercado internacional e diversificar os mercados resultou em benefícios consideráveis na compra de alguns produtos fundamentais.

Foram realizadas viagens de prospecção e visitas a vários países, com resultados altamente positivos.

O programa de compras através da importação foi cumprido na generalidade.

O gasto das divisas em 1984 atingiu o valor de 1 042 852 contos. Previa-se a utilização de 1 260 000 contos mas grande volume de ofertas recebidas evitou que se tivesse de atingir aquele limite.

O valor CIF das importações, incluindo donativos foi de 1 810 790 contos.

No domínio interno a n/actividade comercial foi colocar o cliente no centro das nossas preocupações de forma a atender as suas exigências no tocante a qualidades e quantidades de mercadorias que desejam.

Em 1984 não houve aumentos nos preços das mercadorias essenciais com excepção do milho de 2.ª e isso por força de acordos estabelecidos com organismos doadores.

A EMPA continuou a alargar os seus contactos com o exterior mantendo actualmente relações comerciais com mais de 15 países sempre com objectivo de conseguir produtos de qualidade e melhores preços:

3 — Vendas

O valor das vendas de mercadorias, produtos e serviços foi de 2 542 940 contos representando um acréscimo de 14% sobre as realizações de 1983.

a) Vendas por localidades:

As localidades que mais contribuíram para esse valor global são Praia, Mindelo e Santa Catarina:

	Valores em contos	%
Praia	735 943	28,9
Mindelo	470 437	18,5
Santa Catarina	253 490	10,6
Tarrafal	161 433	6,3
Ribeira Grande	152 376	5,9
Fogo	143 347	5,6
Santa Cruz	133 813	5,3
Porto Novo	129 036	5,1
S. Nicolau	129 062	5,1
Sal	108 714	4,3
Maio	45 142	1,8
Boa Vista	42 657	1,7
Biava	37 490	1,5
	2 542 940	100

b) Vendas por produtos:

Milho	597 050	23,5
Arroz... ..	255 464	10,0
Feijão... ..	114 091	04,5
Gorduras	340 554	13,4
Açúcar	294 189	11,6
Leite	125 232	04,9
Outros produtos alimentares.	196 393	07,7
Cimento	378 571	14,9
Madeira	126 491	5,0
Outras materiais e const. ...	112 191	0,1
Diversos	2 714	0,1
	2 542 940	100

4 — Organização e recursos humanos:

A política que orientou a nossa actividade no âmbito dos recursos humanos foi a de incentivo aos trabalhadores para a participação na vida da empresa, centrando os objectivos no combate aos motivos que possam originar desmotivações,

Dessa forma, a tónica dominante da nossa actuação foi reforçar a organização do trabalho, relacionamento chefe — subordinado, realçar a importância de cada função e sua interligação, através de várias reuniões periódicas da Direcção-Geral com os quadros técnicos e de chefia e com cada um dos restantes grupos profissionais prespectivas numa óptica de mudança de mentalidades e de proporcionar confiança aos trabalhadores. Por-se constatar que houve um grande avanço no clima da organização e do moral do pessoal.

De uma forma persistente e com algum êxito tem-se feito apelo às Direcções no sentido de auscultarem os trabalhadores, incentivá-los à participação e ao cumprimento dos objectivos programados.

Houve um reajustamento salarial em Fevereiro de 1984 e muitos trabalhadores foram beneficiados com promoções e reclassificações, devido ao novo quadro de pessoal aprovado em Setembro de 1984.

Os encargos com o pessoal atingiram o valor aproximado de 171 000 contos que representa 83% das despesas de funcionamento do ano.

O número de efectivos em 31 de Dezembro de 1984 era de 1062, tendo havido 52 admissões e 22 demissões.

Com o intuito de valorizar os recursos humanos foram realizadas as seguintes acções de formação.

No exterior, nos domínios de armazenagem, conservação de cereais, comércio externo e assuntos marítimos.

No país houve um seminário sobre a gestão dos recursos humanos, reciclagem para dactilógrafos e curso para fiéis e conferentes, tendo sido dispendidos pela empresa cerca de 1 000 contos para além das bolsas concedidas.

Durante o ano findo foram abertas várias cooperativas de consumo para os trabalhadores da EMPA. De salientar as da Praia, Mindelo e Sta. Catarina.

Foram concedidos empréstimos a trabalhadores com base no Fundo Social e adquiriram-se 2 autocarros volvo para transporte dos trabalhadores.

5 — Investimentos

A EMPA na sua política de investimentos tem dado prioridade à construção de armazéns e alpendres em todas as ilhas com o objectivo de reforçar a sua capacidade de armazenagem e permitir uma boa conservação dos produtos.

Com vista a melhorar as condições de trabalho, que neste momento são bastante deficientes em termos de instalações, deu-se início à construção do edifício sede na Achada Grande, orçada em 35 000 contos.

Durante o ano em análise a EMPA investiu 31 000 contos, havendo a salientar 17 278 contos em construções e 4 001 em material de carga e transporte e 3 556 em equipamento administrativo.

A EMPA tem seguido uma política de autofinanciamento dos seus investimentos o que demonstra uma elevada capacidade de libertação de meios líquidos.

6 — Evolução económica e financeira

A empresa apresenta no exercício findo um resultado corrente da ordem dos 194 435 contos, o que corresponde a 7,6% do valor das vendas líquidas, verificando-se um acréscimo em relação ao ano anterior de 38 079 contos ou seja, 24,4% devido ao aumento do volume de vendas e um controle rigoroso das despesas de funcionamento.

No aspecto financeiro a empresa, durante o exercício findo, não teve apertos de tesouraria, tendo solvido por meios próprios todos os seus compromissos imediatos.

Da análise rápida do balanço constata-se que as disponibilidades e os créditos a curto prazo cobrem 68% do Passivo exigível a curto prazo e que o activo circulante excede o passivo circulante em 605 000 contos. No que diz respeito à autonomia financeira a situação líquida cobre mais de 69% do passivo.

Os fundos libertos pela Empresa em 1984 totalizaram 336 437 contos, sendo:

(Valores em contos)	
Amortizações e reintegrações... ..	25 520
Provisões	19 972
Resultados líquidos	290 945
Cash flow bruto... ..	336 437

Principais rácios no período 1980 — 1984.

a) Rentabilidade do capital próprio:

	1980	1981	1982	1983	1984
Antes dos impostos	27%	21%	29%	37%	53%
Pós impostos	13%	12%	10%	21%	29%

b) Rentabilidade das vendas:

	1980	1981	1982	1983	1984
Rentabilidade das vendas... ..	4%	4%	5%	7%	7,4

c) Rácios financeiros:

	1980	1981	1982	1983	1984
Liquidez geral	1,39	1,35	1,55	1,54	1,59
Tesouraria... ..	0,66	0,66	0,61	0,60	0,68
Solvabilidade total ...	0,33	0,25	0,54	0,57	0,69
Rotação de stocks ...	4,6	5,6	6,2	5,7	5,4
Prazo médio de recebimentos (dias) ...	52	92	52	54	27
Prazo médio de pagamentos (dias) ...	112	181	143	131	122

É de notar ainda uma melhoria considerável no prazo médio de recebimentos que baixou de 54 para 27 dias derivado da regularização de dívidas incobráveis no valor de 65 982 contos pela utilização de provisões.

7 — Notas explicativas ao balanço e contas de resultados

7.1 — Na apresentação do balanço e contas do exercício seguiram-se as normas do Plano Nacional de Contabilidade.

7.2 — Critérios contabilísticos seguidos

7.2.1 — Existências

Na valorimetria das existências seguiu-se o critério do custo médio ponderado. As existências em 31 de Dezembro de 1984 foram determinadas com base em inventários realizados em todos os sectores da EMPA.

7.2.2 — Amortizações e reintegrações

As amortizações foram determinadas com base nas taxas legalmente estabelecidas. Relativamente ao ano transacto verifica-se um acréscimo de 2 171 contos consequência do aumento do imobilizado em 13 784 contos.

7.2.3 — Provisões

Tendo em conta o aumento do valor das existências em 31 de Dezembro de 1984 foi reforçada a provisão para depreciação de existências em 6 687 contos. Foi substituída a provisão para impostos sobre lucros no montante de 130 925 contos e que representa 45% do resultado líquido. As provisões para riscos e encargos foram reforçadas em 13 500 000\$ tendo em consideração possíveis diferenças cambiais desfavoráveis e outros encargos pendentes.

7.2.4 — Fornecedores C/gerais

83% do valor desta conta ou seja 598 504 contos corresponde a créditos ao Fundo de Desenvolvimento Nacional resultantes de compras efectuadas a esse organismo.

7.2.5 — Sector público estatal

O valor desta conta é quase na sua totalidade respeitante ao saldo da conta Fundo de Compensação de Preços no montante de 70 205 contos.

7.2.6 — Subsídio de exploração

Resulta da transferência da conta Fundo de compensação de preços de parte do excedente apurado na venda do açúcar com o intuito de cobrir o défice verificado na venda do milho de 1.ª durante o presente exercício.

7.2.7 — Empréstimos concedidos e obtidos

Trata-se de empréstimos concedidos aos empregados da empresa no âmbito do Fundo Social e de um empréstimo obtido da Secretaria de Estado das Finanças, através do Fundo da OPEC e destinado ao financiamento da compra de produtos alimentares.

7.2.8. — Considerações finais

O ano de 1984 permitiu uma maior dinâmica na vida da empresa.

Foi possível contar com uma maior participação e intervenção dos trabalhadores, melhorou-se a organização e o serviço ao público esteve no centro das atenções.

A prospecção de novos mercados, a maior agressevidade no comércio internacional em busca de maior diversificação melhores preços e melhor qualidade, não deixaram de ter os seus reflexos nos resultados da gestão.

Há, pois que manifestar os nossos agradecimentos a todo o pessoal da empresa que de uma forma ou abnegada e participativa, deu uma contribuição de valor no cumprimento do programa de actividades.

Empresa Pública de Abastecimento (EMPA), na Praia, 31 de Julho de 1985. — O Conselho de Direcção. *Orlando José Mascarenhas — José Romos Motta — Jenny Vera Cruz — Maria Eliza Rodrigues — Adalberto Costa.*

Balanço analítico — Exercício de 1984

Código das contas	Activo	Activo bruto	Provisões amortizações reintegrações	Activo líquido	Código das contas	Passivo	Passivo e situação líquida
	Disponibilidades:					Débitos à curto prazo:	
11	Caixa...	6 598 093\$14		6 598 093\$14	211	Clientes c/gerais ...	4 808 989\$31
12	Depósitos à ordem ...	411 088 108\$37		411 088 108\$37	221-228	Fornecedores c/gerais ...	717 874 553\$47
					239	Empréstimos obidos ...	44 804 552\$00
		4 17 686 202\$51		4 17 686 201\$51	24	Sector público estatal ...	81 274 719\$22
	Créditos à curto prazo:				263 a 269	Outros credores c/gerais ...	16 784 962\$83
211+216-218	Clientes c/gerais ...	196 219 873\$14	20 379 315\$24	175 840 557\$90	28	Provisões p/Imp. s/os lucros ...	132 801 324\$45
221	Fornecedores c/gerais...	31 402 484\$10		31 402 484\$10	292	Provisões p/riscos e encarg. ...	26 802 242\$70
229	Adiantamento a fornecedores ...	6 908 244\$00		6 908 244\$00		Total do passivo ...	1 025 151 443\$98
231+233+234	Outros emprést. concedidos...	9 548 574\$40		9 548 574\$40		Situação líquida ...	
24	Sector público estatal ...	42 071\$56		42 071\$56		Capital e prest. suplementares:	
252+254+258	Estado e out. entid. púb. c/gerais ...	15 097 204\$80		15 097 204\$80		Capital estatutário ..	74 000 000\$00
26	Outros devedores ...	20 884 480\$44	3 599 066\$75	17 285 413\$69		Financiamento básico ...	89 025 635\$99
		280 102 932\$44	23 978 381\$99	256 124 550\$45	52		
	Existências:				51		163 025 635\$99
32	Mercadorias ...	903 564 817\$76	90 356 481\$80	813 208 335\$96		Reservas:	
36	Mat. primas, subs. e de consumo ...	29 491 427\$01	2 949 142\$70	26 542 284\$31		Reserva geral ...	21 893 222\$53
37	Embalagens comerciais retorn. ...	7 880\$00	788\$00	7 092\$00	551	Reserva p/fins sociais ...	6 098 902\$72
		933 064 124\$77	93 306 412\$50	839 757 712\$27	552	Reserva de melhoramentos ...	7 470 293\$22
	Imobilizações corpóreas:						35 462 518\$47
421	Terrenos e recursos naturais ...	800 386\$20		800 386\$20		Resultados transitados:	
422	Edifícios e out. construções ...	157 446 786\$80	24 560 672\$50	132 886 114\$30		Exercício 79 ...	120 342 988\$23
423	Equip. bás. e out. máq. e inst. ...	44 643 251\$79	23 520 318\$96	21 127 932\$83	591	Exercício 80 ...	31 067 122\$82
424	Ferramentas e utensílios ...	8 084 536\$40	7 167 433\$67	917 102 \$73	592	Exercício 81 ...	40 526 137\$47
425	Mat. de carga e transporte ...	61 014 521\$41	39 287 154\$55	21 727 366\$86	593	Exercício 82 ...	58 616 175\$96
426	Equip. adm.º social e mob. div. ...	25 467 543\$18	14 673 389\$87	10 794 158\$31		Exercício 83 ...	98 475 286\$97
427	Taras e vasilhame... ..	164 420\$00	79 854\$80	84 565\$20	595		
429	Outras imob. corpóreas ...	708 895\$60	479 150\$52	229 745\$08			349 027 710\$45
		208 335 346\$38	109 767 974\$87	188 567 371\$51	88	Resultados líquidos:	
	Imobilizações em curso:					Result. correntes do exerc. ...	104 435 819\$67
441+442	Obras em curso ...	26 139 569\$09		26 139 569\$09		Result. extraord. do exerc. ...	96 672 595\$77
		26 139 569\$09		26 139 569\$09		Result. de exerc. anteriores ...	- 162 745\$54
	Custos antecipados:						290 945 669\$90
27	Despesas antecipadas ...	4 383 414\$60		4 383 414\$60		Resultados antes dos impostos:	
471	Conservação plurienal ...	28 607\$90		28 607\$90		Provisões p/imp. s/lucros ...	-130 925 551\$46
	Total de provisões ...	4 412 022\$50	117 284 794\$49	4 412 022\$50		Result. líquidos d/dos imp. ...	160 020 118\$44
	Total de amortiz. e reint. ...		109 767 974\$87			Total da situação líquida ...	707 535 983\$35
	Total do activo ...	1 959 740 196\$69	227 052 769\$36	1 732 687 427\$33		Total do passivo e sit. líquida ...	1 732 687 427\$33

Demonstração dos Resultados Líquidos

Código das contas			Deduções em compras	
	Existências iniciais:			
32	Mercadorias		837 705 952\$04	
36	Mat. primas, subs. e de consumo		22 241 236\$56	
37	Embalagens comerciais retornáveis		401 055\$00	
			<u>860 448 243\$60</u>	
31	Compras:			
311-317-318	Mercadorias	2 114 421 722\$96	2 114 421 722\$96	
312-317-318	Mat. primas, subs. e de consumo	18 461 264\$56	18 461 264\$56	
313-317-318	Embalagens comerciais retornáveis	26 780\$00	26 780\$00	
		<u>2 132 909 767\$52</u>	<u>2 132 909 767\$52</u>	
	Existências finais:			
32	Mercadorias		-903 564 817\$76	
36	Mat. primas, subs. e de consumo		-29 491 427\$01	
37	Embalagens comerciais retornáveis		-7 880\$00	
			<u>-933 064 124\$77</u>	
61	Custos das exist., vendas e cons.:			
611	Mercadorias	2 048 562 857\$24		
612	Mat. primas, subs. e de consumo	11 311 071\$11		
613	Embalagens comerciais retornáveis	419 955\$00	2 060 293 886\$35	
	Existências iniciais:			
63	Fornecimentos e serv. de terceiros	121 719 790\$10		
641	Impostos indirectos	879 911\$30	122 599 701\$40	2 182 893 587\$75
642	Impostos directos	19 693\$00		
65	Despesas com o pessoal	182 623 387\$19		
66	Despesas financeiras	25 473\$40		
67	Outras despesas e encargos	1 901 739\$80	184 570 293\$39	
68	Amortiz. e reint. de exercício	26 520 266\$53		
69	Provisões do exercício	19 972 059\$40	46 492 325\$93	231 062 619\$32
	(A) ...			<u>2 413 956 207\$07</u>
828	Perdas extraord. do exercício		107 410 275\$87	
838	Perdas de exercícios anteriores		128 608 770\$16	236 019 046\$03
	Provisões p/impostos s/lucros			130 925 551\$46
	Resultados líquidos			<u>160 020 118\$44</u>
				<u>2 940 920 923\$00</u>

Resultados correntes do exercício (B) — (A) = 2 608 392 026\$74 — 2 413 956 207\$07 = 19 435 819\$67

em 31 de Dezembro de 1984

Código das contas			Deduções em vendas		
71	Vendas de mercad. e produtos:				
711	Mercadorias	944 477 070\$08	409 007 411\$46	2 535 469 658\$62	
714	Embalagens comerciais retornáveis	965 529\$50	545 887\$50	419 642\$00	
715	Mat. primas, subs. e de consumo	5 857 147\$74	1 520 405\$50	4 336 742\$24	
		951 299 747\$32	411 073 704\$46	2 540 226 042\$86	
72	Prestações de serviços:	2 714 257\$50		2 714 257\$50	2 542 940 300\$36
74	Subsídios destinados à exploração	59 840 935\$17			
75	Receitas suplementares... ..	4 552 107\$21		64 393 042\$38	64 393 042\$38
76	Receitas financeiras correntes			1 058 684\$00	1 058 684\$00
	(B) ...				2 608 392 026\$74
829	Ganhos extraord. do exercício			204 082 871\$64	
839	Ganhos de exercícios anteriores			128 446 024\$62	332 528 896\$26
					2 940 920 923\$00

Demonstração dos resultados de exercícios anteriores em 31 de Dezembro de 1984

Código das contas	Débito		Código das contas	Crédito	
831	Impostos sobre os lucros	63 937 228\$00	832	Utilização provisões imp. s/os lucros	63 774 418\$32
838	Outras perdas imp. exerc. anteriores	64 671 542\$16	839	Outros ganhos imp. exerc. anteriores	64 671 606\$30
83	Resultados de exercício anteriores ...	— 162 745\$54			
		128 446 024\$62			128 446 024\$62

A Directora Financeira, *Jenny Vera Cruz* — O Director-Geral, *Orlando José Mascarenhas*.

Demonstração dos resultados extraordinários do exercício em 31 de Dezembro de 1984

Código das contas	Débito		Código das contas	Crédito	
827	Multas e out. penal. legais:		821	Sinistro	6 549 502\$80
8271	Multas fiscais	127 022\$50	823	Utilização de provisões	65 981 826\$37
8273	Outras penalidades	25 218\$00	825	Provisões p/perd. extraord.	189 592\$00
828	Outras perdas extraord.:		829	Outros ganhos extraord.:	
8281	Perdas anorm. em exist.	34 203 290\$12	8291	Ganhos anormais em exist.	68 548 570\$82
8282	Créditos incobráveis	65 981 826\$37	8294	Mais-valia em imob. corp.	800 476\$70
8284	Menos-valia em imob. corp.	356 926\$00	8296	Dif.ª câmbios favoráveis	7 561 700\$50
8286	Dif.ª câmbios desfavoráveis	62 769\$80	8299	Outros c. extraord. n/especif.	54 451 202\$45
8288	Donat. e quotiz. n/obligat.	158 786\$40			131 361 950\$47
8289	Perdas extraord. n/especif.	6 494 436\$68			
82	Result. extraord. do exerc.	+96 672 595\$77			204 082 871\$64
		204 082 871\$64			

A Directora Financeira, *Jenny Vera Cruz* — O Director-Geral, *Orlando José Mascarenhas*.

Mapa de origem e aplicação de fundos — Exercício de 1983 (em contos)

Origens de fundos			Aplicação de fundos		
Internas:			Distribuições:		
Resultados líquidos (lucros) ...	160 020		Investimentos		
Amortizações e reint. do exercício	26 520		Imobilizações corpóreas		
Variações das provisões	21 250	207 790	Terrenos	150	
			Edifícios e outras construções ...	2 459	
Desinvestimentos:			Equip. básico e O. M. instalações	3 403	
			Ferramentas e utensílios	189	
Cessão imobilizações:			Material de carga e transporte	4 002	
Material de carga e transporte	580		Equip. adm.º social e mob. diverso	3 556	
Equip. adm.º social e mob. diverso	325	905	Taras e vasilhame	25	13 784
			Imobilizações em curso		17 278
			Aumento dos fundos circulantes ...		177 633
		208 695			208 695

A Directora Financeira, *Jenny Vera Cruz* — O Director-Geral, *Orlando José Mascarenhas*.